A CONCEPÇÃO DE ESTADO NA ESCOLA DE CAMPINAS

Ana Laura dos Santos Ribeiro
Mestranda em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp
O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

RESUMO

O artigo analisa a concepção de Estado na chamada Escola de Campinas, do Instituto de Economia da Unicamp, que formulou interpretações sobre o capitalismo brasileiro. A hipótese central é que essa escola atribui ao Estado uma capacidade de coordenação e negociação que desconsidera determinações estruturais da dependência, tratando-o como agente capaz de orientar autonomamente o desenvolvimento. Para examinar essa concepção, são revisitados textos fundamentais, especialmente Cardoso de Mello, Tavares, Lessa, Dain e Draibe. Mostra-se que, embora rejeitem a noção liberal de Estado neutro, os autores conferem a ele papel central na articulação entre capital nacional e internacional, sustentando uma perspectiva desenvolvimentista ancorada na industrialização tardia. A síntese elaborada por Draibe aprofunda o entendimento sobre a constituição histórica do Estado e sua inserção nas lutas de classe, reforçando sua autonomia e função de organização dos interesses sociais. Contudo, argumenta-se que tal formulação mantém limites importantes ao minimizar o peso estrutural da dependência e ao superestimar a capacidade estatal de orientar o capital internacional. A crítica proposta demonstra que, ao deslocar os condicionantes externos para o segundo plano, a Escola de Campinas acaba por reforçar a lógica dependente.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; Escola de Campinas; Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

O presente texto busca fazer uma análise acerca da concepção do Estado na chamada "Escola de Campinas" do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Entende-se que essa pesquisa não se esgota a partir deste artigo, uma vez que se trata de um tema amplo e complexo, dado as nuances atreladas a diferentes autores e as próprias modificações no pensamento da escola ao longo dos anos. Entretanto, o intuito é dar um sentido a essa questão que ainda não foi

sinteticamente explorada, ainda que tenham autores que já vem apontando e estudando o tema paralelamente através de outros debates postos. Dessa forma, tem-se dois objetivos centrais: o primeiro é a própria caracterização do conceito de Estado dentro dessa corrente e o segundo é problematizá-lo.

A Escola de Campinas é uma escola de pensamento influente na corrente econômica heterodoxa, a qual formulou importantes teses que buscavam traçar críticas ao capitalismo brasileiro. Contou com grandes nomes como Luiz Gonzaga Belluzzo, Maria da Conceição Taves, João Manuel Cardoso de Mello, sendo o último o que deu o nome de sua tese ao que ficou conhecido pela forma interpretativa dessa visão: capitalismo tardio. As teses contam com uma forte influência da CEPAL, mas também de outros autores como Marx, Keynes e Schumpeter. Essa junção resultou em uma teoria crítica a um certo tipo de capitalismo, mas não ao capitalismo (Santos, 2013), sendo a percepção de Estado um dos indicativos dessa visão.

A hipótese posta é que a Escola de Campinas formula uma concepção de Estado que não incorpora as determinações estruturais da dependência, tratando-o como um agente capaz de orientar autonomamente o desenvolvimento capitalista brasileiro. Assim, ainda que não seja visto como neutro ou isento de conflitos internos, o Estado é tido não apenas como capaz de negociar e coordenar, mas também de condicionar o capital internacional. O problema é que se desconsidera as determinações estruturais postas pela dependência.

A partir desse questionamento, o presente trabalho buscou investigar alguns dos principais textos que compõem a visão teórica da Escola de Campinas e que se propõe a fazer discussão sobre o Estado mais diretamente, como *O Estado brasileiro e os limites da estatização* (Cardoso de Mello, 1977), *Empresa Estatal e Capitalismo Contemporâneo* (Dain, 1980), *Problemas de industrialização avançada em capitalismos tardios e periféricos* (Tavares, 1981), *Capitalismo associado* (Lessa, Dain, 1982), *Rumos e Metamorfose* (Draibe, 1985 e *Desenvolvimento no Brasil* (Tavares, Belluzzo, 2002). Na primeira parte do texto serão revisitados tais leituras, apontando como o Estado é trazido e entendido por tal. A segunda parte, propõe-se a fazer uma crítica a esta visão e apontar quais as problemáticas do conceito de Estado proposto.

DEFINIÇÃO DE ESTADO NA ESCOLA DE CAMPINAS

A denominação “Escola de Campinas” é dada para caracterizar a linha de pensamento da Escola de Economia da Unicamp, que surgiu durante a ditadura, em 1967, com uma proposta de fazer um debate heterodoxo, em contraposição às escolas ortodoxas. Ela surge ligada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), como a instituição do Departamento de Planejamento Econômico e Social (DEPES) formada por ex-alunos da CEPAL, com Wilson Cano, Ferdinando Figueiredo e Lucas Gamboa, que vieram do próprio escritório da CEPAL, além de João Manuel Cardoso de Mello, Carlos Eduardo Gonçalves, Osmar Marchese e Luiz Gonzaga Belluzzo, ex-alunos do curso (Santos, 2013, p. 11).

O objetivo central da investigação era pensar o capitalismo brasileiro, a partir de uma perspectiva crítica da realidade – o que não significa um rompimento com o sistema, mas uma proposição de levá-lo ao limite em busca do desenvolvimento. Isto foi pensado a partir de uma base teórica que juntava as percepções cepalinas com outros autores, sobretudo, Marx, Keynes e Schumpeter. A partir disso, e entendendo que não é possível pensar o capitalismo sem levar em conta o Estado, é válido entender como este é compreendido, definido e conceitualizado por esta escola de pensamento.

Primeiramente, existe uma crítica posta ao entendimento do Estado enquanto “mero agente econômico, comparável a firmas e famílias, como um conjunto de instrumentos neutros da política econômica ou ainda como propriedade privada de atores políticos racionais” (Dain, 1980, p. 1). Trata-se de uma posição convencional a teorias ortodoxas, que parte do pressuposto de concorrência perfeita, ou seja, que todos os agentes homogêneos, que têm as mesmas informações de mercado, sem barreiras à entrada, sendo que o Estado seria um agente comparável aos demais. Isso pois, se a ideia do laissez-faire é de que o mercado se auto regularizaria, aponta-se que o sistema econômico precisa ser regulado para assegurar sua operação funcional e contínua. Apesar disso, essa regulação seria uma própria contraditoriedade do sistema em si mesmo. Assim, para a corrente liberal, a intervenção do Estado deveria se limitar plenamente a atividades ligadas ao setor público, "sem questionamentos quanto às funções às quais serve, nem quanto a que interesses são esses que o interesse público representa” (Heilbroner, 1970 apud Dain, 1980, p. 2-3).

Aqui, e isso é válido para toda a pesquisa proposta, é importante que não se confunda, pois, as atividades realizadas pelo Estado e a forma como este age com

propriamente uma teoria ou um conceito de Estado – ainda que, olhar para isso possa sinalizar importantes aspectos do que se é entendido. A crítica trazida por Heilbroner sinaliza uma preocupação nesse sentido, de que não há um questionamento sobre a estrutura deste. O que pode se deduzir a partir de tal escolha – afinal, a não definição é uma escolha – é que ele é entendido como um agente neutro. Isso significaria que suas interferências seriam em prol de melhorias para todos, como se os agentes fossem iguais; e que o Estado não influenciasse na operação do "livre mercado", a não ser pela própria regulação, garantindo seu funcionamento da forma mais eficiente possível.

Esse primeiro ponto é extremamente relevante, porque ele diz muito do que será a leitura da Escola de Campinas. A ideia de que existe um livre mercado é refutada, apresentando teorias oligopolistas, ou seja, em que o mercado é altamente concentrado e centralizado, o que se acentua em casos de países periféricos semi-industrializados, como o caso brasileiro. Isso será objeto de investigação de Tavares, que coloca que as hipóteses clássicas e neoclássicas não são compatíveis com a realidade, ainda que a incorporação do progresso técnico seja endógena ao processo de acumulação, porém

> O problema está em que ele não se restringe nem pelas "proporções dos fatores de produção", nem pelos preços relativos, se não que por uma competição interna capitalista assimétrica que tende a introduzir progresso técnico em forma restringida e desigual, para aumentar as margens de lucro diferencial entre as empresas oligopolistas. Isto é particularmente favorável às empresas estrangeiras que tem o controle e o domínio da tecnologia de ponta (Tavares, 1998, p. 83).

Portanto, nega-se duplamente a teoria clássica liberal, uma vez que a noção de "livre mercado" é uma farsa e, dessa forma, a própria atuação do Estado é impactada pela estrutura oligopolista. Assim, o que Tavares aponta é que a capacidade de atuação do Estado para mudar o comportamento das grandes empresas no âmbito estratégico, sejam elas estrangeiras ou nacionais, irá depender do quanto a sua estrutura de investimento está ligada à dinâmica de expansão destas empresas (Tavares, 1998, p. 86).

Aqui já se tem algumas pistas do que o Estado é para a Escola de Campinas e de como é feita a leitura da dinâmica política e econômica. É evidente que se entende que há uma dependência, a questão é que essa é subjugada a processos endógenos e, dessa forma, passível de transformação. Isso vai se dar de acordo com a forma como o Estado vai se associar e negociar com estes oligopólios, sendo que a evolução das economias dependentes vai depender da "maior ou menor capacidade do Estado nacional de articular estratégias de acesso às tecnologias que estão na vanguarda do processo de modernização das forças produtivas" (Sampaio Jr., 1997, p. 38), o que é posto pela

leitura de Tavares. Significa que nessa leitura o Estado não só é o motor do desenvolvimento, como, e talvez mais importante ainda para entender essa visão, de que ele tem capacidade e poder de negociar sob seus termos este desenvolvimento se souber se articular com o capital internacional.

Sendo assim, o Estado é descrito quase como um salvador, sendo o responsável por viabilizar o desenvolvimento brasileiro. É válido ressaltar que aqui não negamos a centralidade deste enquanto condutor de políticas públicas que permitam avanços tecnológicos e sociais, inclusive, entende-se que é preciso cada vez mais reforçar a importância de não se ter um desmonte estatal, indo contra o que a visão liberal propaga. Entretanto, a forma como este é posto por esta escola, nega as próprias contradições do Estado. Ele é lido como algo monolítico, sem disputas e que intrinsecamente é orientado ao desenvolvimento. Nas palavras de Tavares e Belluzzo:

> Diante das tendências atuais do capitalismo de forte concentração social e espacial de renda e riqueza, a situação social só será modificada se ocorrer uma forte reorientação das prioridades do investimento, do crédito e do gasto público. Além disso, para enfrentar seriamente a questão social, o novo padrão de intervenção do Estado deve levar em conta algumas questões centrais. Só a ação direta do Estado pode viabilizar certas atividades e setores cuja existência esteja bloqueada pela operação pura e simples dos mecanismos e dos sinais de mercado, particularmente numa economia em que há um elevado desemprego, mesmo da mão-de-obra mais qualificada. (Tavares, Belluzzo, 2002, p. 175)

Novamente, não se nega a centralidade da ação estatal enquanto força importante para a condução de políticas públicas em prol da diminuição do desemprego - exemplo citado no trecho -, a questão é que a concentração social espacial de renda e riqueza não é separada do próprio Estado, isso porque este "não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, mas, como é aliás o caso para o 'o capital', como uma relação, mais exatamente uma condensação material (o Estado-aparelho) de uma relação de forças entre classes e frações de classe" (Poulantzas, 1979, p. 22).

Logo, o que se percebe é que a Escola de Campinas nega a ideia de Estado como Coisa, baseada na visão instrumentalista, em que este seria um utensílio passivo, praticamente neutro. O que tem é a concepção de Estado enquanto Sujeito, ou seja: "a autonomia do Estado, considerada como absoluta, é relacionada a sua vontade própria como instância racionalizante da sociedade civil" (Poulantzas, 1979, p. 22). Essa visão é baseada na ideia de que o Estado seria capaz de submeter às classes dominantes, tendo uma autonomia atrelada ao seu próprio poder e aos portadores deste poder e da racionalidade estatal, no caso, a burocracia e elites políticas. Adota-se assim, a percepção de que às instituições-aparelhos que compõem o Estado teriam poder próprio,

quando na verdade “o aparelho de Estado não possui poder, já que só se poder entender por poder de Estado o poder de certas classes e frações, a cujos interesses corresponde o Estado” (Poulantzas, 1979, p. 22). Essa concepção é posta por Hegel e retomada por Weber, bem como pela corrente institucionalista-funcionalista.

A noção de Estado e independência da Escola de Campinas estão diretamente atreladas a visão de Cardoso, logo, afirmar que a escola entende o Estado enquanto sujeito leva a um outro debate importante: seria Cardoso um weberiano? A ideia de Estado enquanto Sujeito faz parte da tradição de Weber e existe um extenso debate se a noção de dependência de Cardoso e Falleto seria dessa corrente, ainda que se reivindiquem marxistas. Franklin (2016) propõe esse debate, trazendo autores que defendem Cardoso enquanto weberiano, como: Ouriques (1995) e Cotrim (2001). A tese de Ouriques se dá com base em dois principais elementos do pensamento de Cardoso: “a valorização da dimensão política em detrimento da econômica; e o foco da análise em situações concretas, a partir das quais formularia sua tipologia” (Franklin, 2016, p. 193). Cotrim traz outros argumentos para sua análise, apontando que o que justificaria Cardoso ser weberiano. Segundo o pesquisador, utiliza-se de Marx para uma explicação do econômico e de Weber para uma explicação do político, mas como Cardoso sobrepõe a relevância do político ao econômico, logo, suas interpretações marxistas são submetidas às concepções de Weber.

Dessa forma, não se nega a dependência, mas esta é entendida não como um problema, pois “possibilitava superar os constrangimentos técnicos e financeiros da industrialização substitutiva” (Hadler, 2013, p. 37). Assim, é tida não como uma imposição externa, pois resulta de interesses entre as classes dominantes internas e externas. Tendo em vista que a dependência não seria um impeditivo do desenvolvimento, sendo, inclusive, um impulsionador, o Estado é entendido como o responsável de fazer essa associação com o capital internacional. Dessa forma, tem-se que

> O Estado não é mero instrumento dos interesses do capital monopolista, pois adquire autonomia relativa e é igualmente mobilizado em função de interesses e aspirações autonomistas da burocracia civil e militar que de fato controla o aparelho estatal. Nesse sentido, o desenvolvimento do setor produtivo estatal também atende esses interesses específicos, como forma de criar bases para negociar os termos da dependência. (Hadler, 2013, p. 54)

Há superestimação da ideia de autonomia relativa em prol do político. Ou seja, “o movimento da sociedade dependente adquire uma autonomia relativa, sendo

complexamente determinado pelas lutas e articulações políticas internas e pelos condicionantes postos pelo desenvolvimento do sistema capitalista mundial" (Hadler, 2013, p. 37). É baseado nisso, que se constrói a perspectiva de uma dependência "positiva", porque o que explica são as lutas e articulações internas, dado o sistema capitalista mundial, então é o jogo político que possibilita explorar as oportunidades de desenvolvimento delimitadas pela própria estrutura. Significa que nessa leitura, o Estado não apenas atua como motor do desenvolvimento, mas detém a capacidade de negociá-lo em seus próprios termos, desde que consiga se articular com o capital internacional, com uma autonomia vinculada ao seu próprio poder e aos agentes que o exercem, como a burocracia e as elites políticas.

O artigo *Capitalismo Associado*, de Lessa e Dain (1982) reforça essa ideia, mostrando a conexão entre Estado e desenvolvimento. O que se defende é que é preciso pensar a especificidade latino-americana, não se reduzindo a uma ideia generalista como dos keynesianos e neoclássicos, os quais entendem o Estado enquanto um agente de sabedoria plena e neutro. Mas também, nem como os marxistas franceses, que seriam generalistas, mas não neutros, ao entenderem que o Estado está subordinado às leis de valorização do capital, sendo ambos poucos específicos e, dessa forma, não sendo capazes de explicar a realidade periférica.

Para explicar a realidade da América Latina, os autores apontam que existam duas formas: I) identificar regularidade históricas que a separam tanto dos países centrais quanto de outras periferias; II) como o Estado se relaciona com as filiais estrangeiras e os capitais nacionais, sendo o enfoque nesta segunda maneira. A escolha se dá porque "é a articulação que o Estado prescreve entre as filiais e os capitais nacionais que está, a nosso ver, a especificidade" (Lessa; Dain, 1982, p. 3). O que acontece é que todas as industrializações latino-americanas foram realizadas tardiamente em relação à etapa monopólica do desenvolvimento capitalista. Isso é uma visão fundamental que embasa toda a linha de pensamento dessa escola de pensamento, a qual é articulada por Cardoso de Mello em sua tese, *Capitalismo Tardio*. Em suas palavras:

> Não basta, no entanto, admitir que a industrialização latino-americana é capitalista. É necessário, também, convir que a industrialização capitalista na América Latina é específica e que sua especificidade está duplamente determinada por seu ponto de partida, as economias exportadoras capitalistas nacionais, e por seu momento, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia mundial

> capitalista já está constituída. É a esta industrialização capitalista que chamamos retardatária. (Cardoso de Mello, 1975, p. 98)

Esse movimento ocorre pela extensa entrada de filiais estrangeiras, mas ainda comandada pelo complexo mercantil nacional, sendo que as filiais seriam subordinadas a outras órbitas de capital, que lideravam o movimento de expansão capitalista. Isso é explicado por Dain e Lessa (1982) pelo fato de que, o capital, para se valorizar, ao adentrar um território nacional, ele passaria a ser determinado pelo dinamismo da economia capitalista em que se estabeleceu. O Estado, então, seria o regente deste processo e do que os autores chamam de "sagrada aliança": "há uma comunidade e uma convergência de interesses entre capitais nacionais dominantes em órbitas de capital não-industrial e um sistema de filiais líderes no circuito industrial" (Dain; Lessa, 1982, p. 5).

Tavares (1981) reforça essa ideia em *Problemas de industrialização em capitalismos tardios e periféricos*, apontando que a pobreza não pode ser atribuída à modernidade capitalista, mas sim ao atraso das relações sociais de produção por conta da monopolização mercantil. Sendo assim, a articulação entre o grande capital internacional monopolizado e o latifúndio seria uma possibilidade de desenvolver, uma vez que obrigaria a uma modernização, fazendo com que haja uma integração das massas excluídas. Ou seja, a articulação com o capital internacional possibilitaria uma modernização da estrutura produtiva, o que possibilitaria algum grau de redistribuição. Em suas palavras, "mesmo sob o comando do grande capital internacional, o padrão de acumulação existente permite a articulação de diferentes frações de capital das mais diversas naturezas, e mesmo a modernização acelerada de partes importantes da estrutura anterior" (Tavares, 1981, p. 17). O Estado seria o viabilizador desse processo, a partir de investimento público, permitindo crescimento e desenvolvimento da economia, de forma associada e subordinada à dinâmica da expansão industrial, o que inclusive, a autora considera como um mecanismo desestabilizador - mas não um impeditivo.

Cardoso de Mello em seu texto *O Estado brasileiro e os limites da estatização*, de 1977, vai explorar como o Estado se torna gestor dessa aliança no capitalismo monopolista. Segundo o autor, só é possível compreender o Estado entendendo o processo de industrialização e de mudança na forma de acumulação que marcam a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, o que será alcançado pelo Brasil após o ciclo Juscelino. A mudança reside no fato de que a economia monopolista

perde a capacidade de autorregulação, dado o bloqueio à mobilidade intersetorial do capital e a cristalização das taxas de lucro, o que faz com que as funções de regulação passem a ser exercidas no âmbito do próprio Estado. Isso não significa apenas que se trata de um Estado intervencionista, mas sim que "há uma politização da economia, no sentido de que tanto a forma da concorrência intercapitalista como a forma das relações entre capital e trabalho são constituídas no Estado" (Cardoso de Mello, 1977, p. 4).

Dessa forma, ressalta-se que existem limites na intervenção estatal, sobretudo atreladas à própria reprodução do capital, fazendo com que o Estado não possa romper com os interesses privados que estão "dentro" de si, pois isso seria contrário ao próprio funcionamento do capitalismo. O capitalismo monopolista assumiria formas específicas no caso brasileiro devido a industrialização tardia, em que a regulação estatal no Brasil é marcada estruturalmente pela existência de um setor produtivo estatal (na indústria de base) e pela internacionalização. Essa função impõe ao Estado a necessidade de apoiar as grandes empresas internacionais e, simultaneamente, proteger o capital nacional, ainda que este seja incapaz de atender e conciliar todas as solicitações contraditórias que lhe são dirigidas pelos diversos segmentos de capital.

Draibe se encarrega de formalizar essa visão da Escola de Campinas traçando a relação da constituição do Estado com o processo de industrialização em sua tese *Rumos e Metamorfoses*, de 2004. A sua contribuição é de juntar tanto as visões dos autores fundadores do pensamento da Escola de Campinas, em especial Tavares e Cardoso de Mello, com a compreensão de Florestan Fernandes em *Revolução burguesa no Brasil* (1975). Essa junção se dá com base na ideia de que todos buscam compreender o desenvolvimento capitalista brasileira pensando tanto características gerais, quanto as específicas da constituição de um capitalismo já na etapa monopolista tendo um passado colonial como ponto de partida do processo.

Nesse sentido, busca-se analisar a formação das estruturas capitalistas do Estado, entre 1930 e 1960, compreendendo as relações entre esta constituição e as possibilidades político-econômicas que se tinham de consolidação de uma economia pautada no trabalho assalariado e na acumulação industrial. Mais especificamente, "trata-se de analisar o papel do Estado no processo de industrialização, apreendido no movimento simultâneo de diferenciação das classes sociais, das relações inter e intraclasses e da própria formação das estruturas do Estado" (Draibe, 1985, p. 14).

O Estado é compreendido, portanto, como central para a constituição do capitalismo e da sociedade burguesa no Brasil. Reforça-se, mais uma vez, o Estado enquanto agente organizador e regulador, o que possibilitou o processo de industrialização, mas também apontando como essa regulação se deu no âmbito das relações sociais, absorvendo os interesses sociais e se transformando em um espaço de disputa. Com isso, "o que está em pauta são as tendências alternativas diante da industrialização e as forças sociais sobre as quais se definiram no Estado distintos projetos de transformação social e de *hierarquização de interesses econômicos e políticos*" (Draibe, 1985, p. 21, grifos da autora). Assim, na visão da autora, partindo de uma perspectiva histórica, é possível definir rigorosamente a direção política do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil.

Sinteticamente, o que se propõe é que se a economia mercantil-exportadora desenvolve uma divisão social do trabalho, constitui uma estrutura específica que é dominada pela burguesia mercantil-cafeeira, a qual é nucleada pelas frações comercial e financeira. Com o crescimento da indústria, surge uma burguesia industrial e proletariado urbano. Demais atividades de suporte da economia permitem o aparecimento de uma pequena burguesia, classes médias e assalariados urbanos (não diretamente proletários). O que a autora busca mostrar é a existência de uma estrutura social heterogênea, a qual é fundamentada em um "grau de avanço das forças produtivas que, apesar de limitado pela subordinação ao capital mercantil, desenvolveu uma potencialidade virtual de reordenação do padrão de acumulação capitalista" (Draibe, 1985, p. 25). Com a crise dos anos 1930, abre-se a possibilidade de diferentes alternativas para o desenvolvimento, o que acarreta, não só novas políticas no interior do Estado, mas uma nova direção política e um novo sentido deste.

Isso é categorizado a partir da noção de *vias de desenvolvimento*, entendidas como "possibilidades estruturais, como formas de equacionar de modo distinto as questões da revolução burguesa" (Draibe, 1985, p. 26). Ela não corresponde a um projeto previamente elaborado por partidos ou governos, mas a tendências objetivas que emergem das relações sociais e da disputa entre classes que buscam dirigir o Estado. Cada via expressa a capacidade de certos setores, como a burguesia mercantil-exportadora, a burguesia industrial ou o proletariado, de universalizar seus interesses, apresentando-os como soluções gerais para as questões da modernização, da industrialização e da organização estatal. Por isso, as vias não aparecem em "estado puro", ou seja, são caminhos que se configuram no movimento concreto, por meio de

alianças, conflitos e acomodações institucionais. Funcionam, assim, como tendências que orientam o rumo possível do desenvolvimento capitalista, revelando como cada fração de classe ordena os desafios colocados pela revolução burguesa.

A partir dessa relação instável de forças que se dá a autonomia do Estado ao mesmo tempo que "as correlações instáveis de força definidas no campo da luta política demarcavam não apenas o limite em que se exerceria essa ação autônoma como o sentido que haveria de ter" (Draibe, 1985, p. 35). Para a autora, há uma clara centralidade no processo de determinação da direção política e da própria forma como a burocracia estatal articula os interesses. A autonomia do Estado é posta então como um aspecto estratégico, ou seja, como um dirigente dos processos de transformação.

A autora propõe que é a burocracia estatal que vai materializar a estrutura política derivada da divisão social. No âmbito econômico, o que se tem é uma incorporação objetiva dos interesses econômicos na máquina do Estado. Isto é, corporificado através de órgãos e competências por meio do reconhecimento e da confirmação de áreas ou setores da atividade econômica. Ou seja, generaliza-se os interesses de produtores ou industriais através dessas formas de controle e regulação. Tem-se uma estatização dos interesses econômicos, ou mais ainda, das próprias relações econômicas de classe. Isso não significa uma absorção de tais relações, mas sim que esta faz parte e perpassa pela própria estrutura do Estado.

Outra face do processo de estatização da luta de classe é a politização. Concretamente, ao olhar para o processo industrial brasileiro, tais lutas se dão no âmbito salarial, nas greves e lutas sindicais, na atuação da Justiça do Trabalho. Além disso, olhando para as relações entre capital bancário, mercantil-exportador, industrial e agrícola, a relação se deu para além da concorrência intercapitalista, mas também condicionada por um conjunto de políticas econômicas (tributária, bancária, fiscal, tarifária etc.).

A forma de regulação estatal fez com que se alterasse a forma de interdependência das políticas no aparelho econômico. Como cada relação econômica era regulada, instaurou-se um confronto permanente entre políticas e grupos de interesse, o que generalizou os conflitos entre diferentes instâncias. Assume-se que é indispensável que interesses privados sejam filtrados a partir dos interesses Estado, sendo estes "constituídos pelo conjunto de conflitos particulares transformados

politicamente, isto é, sujeitos a uma hierarquização imprimida pela direção política do Estado" (Draibe, 1985, p. 42).

A tese de Draibe mostra um entendimento mais profundo acerca do que é o Estado buscando compreender sua constituição e ressaltando as heranças coloniais. Ainda que se desenvolva a ideia de como o Estado é perpassado pelas lutas de classes, o que é primoroso no trabalho, esse avanço permanece ancorado em um horizonte desenvolvimentista que reduz o peso estrutural da dependência e subestima os limites impostos pela inserção periférica. Assim, ficam estabelecidos os limites dessa interpretação, que serão retomados e aprofundados na próxima seção.

UMA CRÍTICA À CONCEPÇÃO DE ESTADO PROPOSTA

A Escola de Campinas cumpre seu papel de fazer uma leitura heterodoxa e crítica da economia. Isso, não significa que seja uma visão radical ou contraordem, pois, como posto anterior, critica-se um certo tipo de capitalismo, mas não o capitalismo em si. Os autores entendem que se trata de uma visão realista, pois não seria viável uma mudança sistêmica. Logo, a solução seria o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, levando este experimento às últimas consequências, ou seja, sempre com enfoque de que o capitalismo precisaria se desenvolver mais e mais.

O custo disso é um aprofundamento da dependência pautando-se na concepção de desenvolvimento associado. Deixa-se de lado tanto a questão nacional, trabalhada por Sampaio Jr. (1997), mas também o debate sobre imperialismo. Apesar de tratarem as especificidades da economia brasileira, isso não é relacionado com "seu papel na América Latina e sem analisar 'numa mesma cápsula' o 'desenvolvimento' do Brasil como parte desenvolvimento (desigual) do capitalismo em cada país e em escala mundial, enquanto parte do desenvolvimento do sistema interestatal capitalista" (Prado, 2020, p. 165). Em suma, a ideia de desenvolvimento proposta, ao não levar em conta a dependência, faz com que ela se acentue.

Em termos mais precisos, a dependência não é negada, mas é minimizada, deixando de ocupar o centro da análise, já que os entraves principais são atribuídos a fatores internos. O resultado é que "o destino das sociedades periféricas passava a depender de estratégias de associação com o capital internacional que estimulassem a entrada de investimentos estrangeiros" (Sampaio Jr, 1997), supondo-se que o avanço da acumulação capitalista garantiria o processo de industrialização. Consequentemente,

trava-se um trabalho incansável de busca por elementos de "tarefas em atraso" que garantiriam o desenvolvimento capitalista.

O Estado, nesse sentido, é tido como principal responsável de garantir que essas tarefas sejam cumpridas, sendo o condutor da associação e negociação com o capital externo, bem como com capital nacional. É o que Lessa e Dain (1982) vão chamar de "sagrada aliança", apontando que existe uma convergência de interesses entre o capital nacional e das filiais estrangeiras. Trata-se de uma avaliação sintomática acerca da visão do Estado para a Escola de Campinas. Primeiro, pois, "já não é a Nação que se ajusta às exigências do capital internacional, mas exatamente o contrário: é o capital internacional que se adapta às exigências da sociedade periférica." (Sampaio Jr., 1997, p. 48), sendo o Estado o responsável por garantir isso. Supor que o Estado conduza negociações com o capital estrangeiro segundo seus próprios termos, levando este a se adaptar às demandas internas, desconsidera os conflitos que atravessam o Estado e a própria condição de subordinação estrutural das economias periféricas.

O trabalho de Draibe consegue aprimorar e levar em conta nuances do Estado que até então não tinham sido postas de forma explícita, fazendo uma leitura das disputas de classes e de como isso perpassa a própria estrutura estatal. É reforçada a ideia do Estado enquanto agente organizador, mas também estabelecendo relações de controle dos interesses sociais. A partir disso, a autora define a noção de autonomia do Estado: "enraizava-se numa multiplicidade de forças políticas heterogêneas, *mas que tinham um sentido social e expressavam relações de poder definidas na luta política*" (Draibe, 1985, p. 35). Essa autonomia é materializada nos organismos burocráticos-administrativos, que buscam reequilibrar os interesses divergentes, dando um caráter geral e universal às políticas – ainda que de forma aparente.

Neste aspecto, a autora consegue complexificar a dimensão estatal e de seu poder de controle, extrapolando as características organizacionais do processo produtivo até então postas. Segue-se a visão da Escola de Campinas de fazer uma leitura pensando as especificidades locais, incorporando a visão de Florestan Fernandes, o que aponta uma leitura crítica que traz a importância da compreensão histórica da colonização. Apesar de Draibe fazer um esforço de caracterização das especificidades das formas de articulação do Estado brasileiro e como isso se relaciona com o processo de industrialização, mais uma vez os aspectos ligados à dependência são deixados de lado.

É evidente que no caso brasileiro, o aparelho estatal é profundamente marcado por uma formação colonial, oligárquica e burguesa. Apesar disso, tratar das especificidades do país não imune de ter que olhar para um sistema integrado e complexo. É preciso levar em conta as refinadas formas de subordinação do imperialismo, que não são postas por essa escola de pensamento. Ao desconsiderar tais determinações, corre-se o risco de atribuir ao Estado uma capacidade de articulação diante do capital estrangeiro que não encontra respaldo nas dinâmicas das economias dependentes. A consequência é uma leitura na qual a articulação com tal capital aparece como favorável, o que se torna ainda mais problemático no contexto de fortalecimento das estratégias neoliberais, que apontam os limites dessa perspectiva endogenista.

Há mérito em defender uma estratégia estatal orientada à transformação social dentro dos limites do capitalismo, esforço que mobiliza grande parte da produção da Escola de Campinas. Há, de fato, um esforço em identificar possibilidades de ação que possam expandir o espaço de desenvolvimento econômico. Mas permanece a questão fundamental: desenvolvimento para quem e a que custo?

Para avançar nessa discussão, torna-se fundamental recorrer à perspectiva de Bambirra, cuja abordagem aprofunda a análise ao recolocar a dependência no centro da compreensão do Estado nos países periféricos. A noção de dependência proposta está atrelada a ideia de que o capitalismo latino-americano assume uma forma específica, "cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais" (Bambirra, 2012 [1974], p. 33). Ou seja, nega-se a ideia de evolucionismo do desenvolvimento, em que o subdesenvolvimento seria uma etapa. Na verdade, a forma como o capitalismo se desenvolve na América Latina está atrelado ao fato desta ser uma periferia e estar subordinada ao centro. Sendo assim, trata-se de uma parte integrante do capitalismo mundial formada a partir da expansão deste, sendo a dependência uma manifestação histórica do desenvolvimento do capitalismo mundial. Além disso, a dependência condiciona as estruturas econômicas internas de forma a definir e limitar seus parâmetros (Bambirra, 2012 [1974], p. 40).

Para entender a ideia de Bambirra, é importante trazer sua tipologia de países dependentes, os quais são separados entre países do tipo A e do tipo B. Os países do tipo A são aqueles que durante o processo de integração na fase monopolista, já possuíam uma estrutura diversificada, tendo um processo de industrialização em

expansão, mas ainda com o predomínio do setor primário exportador. São o caso de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai. Os países do tipo B, por sua vez, também tinham predominância do setor primário exportador, porém o setor secundário era composto quase que exclusivamente por indústrias artesanais, com a industrialização sendo um produto da integração à fase monopolista. Compõem essa classe: Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba. Como o intuito do trabalho é olhar para o caso brasileiro, iremos pensar especificamente na concepção da autora de Estado nos países do tipo A.

Diferentemente da Escola de Campinas, a autora insiste que a forma de funcionamento do Estado não pode ser explicada sem reconhecer que as classes dominantes locais já se constituem como classes dominante-dominadas. A fim de compreender essa dimensão é importante, primeiramente, entendermos a noção de dependência política. Segundo Bambirra, esta é explicada e possibilitada pela dependência econômica, mas não deixa de ser uma forma central para a manutenção da situação de dependência estrutural. Ou seja, ainda que o fator econômico possibilite que isso ocorra, o econômico, político e social estão imbricados e conectados. Ela define a dependência política como sendo "parte de uma situação de dependência que faz com que o processo de tomada de decisões por parte das classes dominantes - em função dos interesses dos políticos 'nacionais' internos - seja dependente" (Bambirra, 2012 [1974], p. 144).

A noção de dependência política será central para a análise, pois é a partir desta que a autora define o conceito de classe dominante-dominada, uma vez que as classes dominantes dos países dependentes são parte integrada do sistema de dominação e exploração. Essa classe tem dimensão de sua subordinação, mas aceitam em prol da preservação do sistema - o que não significa que não haja disputa de interesses entre elas. Entretanto, questionar o imperialismo, significa questionar o sistema enquanto tal, logo, a burguesia nacional se conforma "com seu papel de meras classes dominantes-dominadas como sócias menores do imperialismo" (Bambirra, 2012 [1974], p. 151), reprimindo as classes que são antagônicas, chegando inclusive a adotar regimes neonazistas para isso.

Isso, portanto, se reflete dentro do âmbito estatal. A autora entende o Estado como um espaço de disputa e protetor dos interesses burgueses. Ela classifica dois tipos,

sendo um mais agudo. O primeiro é entre a oligarquia e a burguesia industrial, tendo em vista que tinham interesses diferentes. O segundo, e aí sim o real centro de disputa, se dá entre as classes dominantes e as dominadas. Mas ora, se a classe dominante, como posto, na realidade é a classe dominante-dominada, então podemos apontar que existem níveis diferentes de dominação e que isso irá se expressar de formas diferentes dentro do aparato estatal. Bambirra não faz alusão à classe dominante imperialista ao explicar o Estado, porque de fato ela não opera diretamente neste, há esse domínio "indireto" que muitas vezes faz com que fique difícil visualizar o controle, sendo isso justamente um dos aparatos mais refinados da forma de dependência.

Pode-se articular a visão de Bambirra à Cueva, que propõe que o Estado latino-americano não podem ser pensados senão "a partir da matriz econômico-social que gera as condições concretas de conformação da superestrutura jurídico-político e por certo determina a constelação específica de forças que intervém em seus complexos processo de formação" (Cueva, 1983, p. 46). Autor althusseriano, propõe uma leitura de Estado vinculada às características estruturais causadas pela dependência. Tem-se uma inserção subordinada no mercado mundial, logo, a visão da Escola de Campinas é ilusória de que seria possível uma articulação em paridade entre Estado e o capital internacional, pois o decorrer do capitalismo latino-americano desempenhou "historicamente funções produtivas dependentes das exigências comerciais, tecnologias e financeiras do capital estrangeiro" (Rolemberg, 2024, p. 108).

Assim, Estados dependentes apresentam o que Osório caracteriza como sub soberania. Como apontado por Draibe, o Estado apresenta uma autonomia atrelada às suas forças políticas heterogêneas, que compartilham de um sentido social e pela expressão das relações de poder. O que o autor acrescenta, é que se tem um "exercício desigual de soberanias no interior do sistema mundial capitalista" (Osorio, 2019, p. 206 apud Rolemberg, 2024, p. 108), e no caso de países dependentes, tem-se, portanto, uma subsoberania. Pode-se descreve que o Estado dependente então:

> Funciona como elo entre as classes dominantes locais e estrangeiras, na medida em que estas últimas, para fazerem valer seus interesses, articulam-se com os interesses dominantes locais em situações nas quais se faz central a materialidade institucional do Estado, em um processo no qual necessariamente ocorrem mediações relacionadas à dinâmica, à lógica e à autonomia relativa próprias da instância estatal (Rolemberg, 2024, p. 108-109)

Ainda poderia complementar apontando como essas classes dominantes estão associadas ao próprio imperialismo, o que Bambirra classifica como classe

dominante-dominada. O importante é entender que se existe uma "sagrada aliança", como caracterizado por Lessa e Dain, não se trata de convergências de interesses entre o capital nacional e externo negociada pelo Estado em prol do desenvolvimento capitalista brasileiro, mas da expressão desigual do elo que articula interesses das frações dominantes locais e do capital internacional.

CONCLUSÃO

O texto buscou apresentar a visão do Estado para a Escola de Campinas. Trata-se de uma escola importante para o pensamento econômico brasileiro, em especial ao se propor heterodoxo e crítico. Entende-se que o tema é amplo e complexo pela diversidade de autores, em que não se tem uma leitura única sobre o tema, e por não se ter uma literatura que sintetize esse debate, ainda que outras pesquisas tenham atravessado essa questão. Propôs-se então dois momentos, o primeiro buscou sintetizar o que autores da escola escreveram sobre o Estado; o segundo, por sua vez, teve como enfoque as fragilidades e lacunas acerca desta concepção, em especial atreladas a ênfase dada à dependência.

Tendo em vista o viés crítico ao mainstream da escola, contesta-se a existência de um livre mercado e de que o Estado seria um agente neutro, igual aos demais. O que se tem é um mercado oligopolizado, em que a atuação do Estado se dá no sentido de articulação estratégica com o capital internacional, de modo a garantir um desenvolvimento das forças produtivas e sustentação do processo de acumulação. No caso brasileiro, a industrialização se dá no momento do capitalismo monopolista, ou seja, quando a economia mundial já está constituída, sendo, portanto, tardia. Esse movimento faz com o Estado assuma funções centrais de apoiar empresas estrangeiras e proteger o capital nacional, fazendo uma conciliação. O problema é que se superestima a capacidade de negociação com o capital internacional, como se este se adaptasse às exigências periféricas e não o contrário. Resulta-se uma leitura que entende a necessidade de um desenvolvimento cada vez mais profundo do capitalismo brasileiro, levando-o às últimas consequências.

A leitura proposta por Draibe (1980) avança ao incorporar a luta de classes e ao incorporar a visão de Florestan Fernandes acerca da revolução burguesa e da herança colonial na compreensão do Estado brasileiro. Permanece ancorada a ideia do Estado enquanto agente organizador e regulador, mas incorporando que a regulação também se

dá no âmbito das relações sociais, apontando-o como espaço de disputa. Apesar disso, não se põe em xeque como essas relações sociais são atravessadas pela estrutura dependente, já que os entraves principais são atribuídos a fatores internos. Com enfoque de estabelecer as especificidades do país, deixa-se de lado a compreensão deste enquanto integrado a um sistema complexo, que o subordina a partir dos aparatos do imperialismo.

A fim de avançar no debate, propõe-se uma leitura com base na literatura latino-americana sobre dependência. Partindo da concepção de Bambirra (2012 [1974]), entende-se que a forma como o capitalismo se desenvolve na América Latina está diretamente conectado à dinâmica dos países centrais. Dessa forma, para pensar o Estado, é preciso, pois, compreender essa subordinação e como se dá a articulação das classes nesse sistema. Para isso, a autora utiliza a noção de dependência política, que faz com que parte das decisões tomadas pelas classes dominantes nacionais sejam dependentes, classificando-as, com base nisso, como classes dominantes-dominadas, sendo estas sociais menores do imperialismo.

Reforça-se essa ideia trazendo a leitura de Cueva (1983), que propõe uma leitura do Estado vinculado à dependência. Essa visão questiona a ideia trazida pela Escola de Campinas da forma de articulação entre o Estado nacional e o capital internacional, uma vez que historicamente o que se tem é uma inserção e funções produtivas dependentes deste. Osório (2019) classifica, então, o Estado como sendo uma subsoberina, pois seria uma soberania subordinada. Dessa forma, para fazer uma leitura crítica do capitalismo brasileiro, como proposto pela Escola de Campinas, é necessário levar em conta as nuances atreladas à dependência e inferir o impacto disso no aparelho estatal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAMBIRRA, Vânia. O Capitalismo Dependente Latino-Americano. 1974. Insular, 2012.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Estado brasileiro e os limites da estatização. Ensaios de Opinião, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 14-16, 1977.

CUEVA, Augustín. O desenvolvimento do capitalismo na América-Latina / Agustin Lueva; [tradução Carlos A. Machado]. - São Paulo: Global Ed., 1983.

DAIN, Sulamis. Empresa estatal e capitalismo contemporâneo – uma análise comparada. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Rio de Janeiro, 1980.

DRAIBE, Sônia M. Rumos e Metamorfoses. Paz e Terra: São Paulo, 1985.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. Dependência e superexploração: os limites das reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a problemática do desenvolvimento dependente. Campinas, SP, 2013.

HEILBRONER, Robert. Between capitalism and socialism. New York, s.d. 1970.

LESSA, Carlos; DAIN, Sulamis. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga; COUTINHO, Renata (Org.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Campinas: Unicamp, 1982.

OSORIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

POULANTZAS, Nicos (Org.). A crise do Estado. Braga/Portugal: Moraes Editores, 1979.

PRADO, Fernando Correa. A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo / Fernando Correa Prado. — Marilia: Lutas Anticapital, 2020.

ROLEMBER, Gabriel. Capitalismo dependente e classes sociais: as relações políticas e econômicas da grande burguesia interna brasileira / Gabriel Rolemberg Serwy. - 2024.

SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. Entre a nação e a barbárie: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente/Plínio Soares de Arruda Sampaio. - Campinas, SP. 1997.

SANTOS, Fábio Pádua dos. A economia política da “Escola de Campinas”: contexto e modo de pensamento. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p. 17-42, jan.-jun. 2013.

TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de capital e industrialização no Brasil/Maria da Conceição Tavares. 3. ed. - Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. (30 Anos de Economia - UNICAMP, 6).

TAVARES, Maria da Conceição. Problemas de industrialização avançada em capitalismos tardios e periféricos. Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho (RBEST), Campinas, v. 6, e024007, 2024.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Desenvolvimento no Brasil: relembrando um velho tema. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos (org.). Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2002. cap. 5, p. 149–177.